

STAKEHOLDERS NO GRI: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS

JOSÉ ORCÉLIO DO NASCIMENTO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)

jorcelio@uol.com.br

LEONARDO FABRIS LUGOBONI

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)

leo_fabris@hotmail.com

MARCUS VINICIUS MOREIRA ZITTEI

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

marcuszittei@zittei.com.br

DIEGO DE OLIVEIRA ALMEIDA

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)

diego.oliv@yahoo.com.br

Introdução

Com a necessidade de se criar mecanismos para acompanhar o desenvolvimento das companhias surgiram os relatórios de sustentabilidades que tem ganhado importância no âmbito corporativo (ANDRADE; RIBEIRO, 2015).

No ano de 1997, a Global Reporting Initiative (GRI), uma organização holandesa, composta por diversos indivíduos e organizações, uma vasta rede especializada de diversos países (DEMONIER; DEMONIER; PIRES, 2015) (GRI G3, 2006), propôs o relatório de sustentabilidade GRI.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O objetivo deste artigo é verificar, através de uma análise bibliométrica, os diversos públicos com as quais a empresa se relaciona e como interagem através dos relatórios GRI, propondo responder as seguintes perguntas:

Quais dos agentes que possuem relações direta ou indiretamente com as companhias Bancárias analisadas são os principais alvos de preocupação na visão dos bancos e quais dos temas que envolvem esses agentes são considerados os mais importantes?

Fundamentação Teórica

STAKEHOLDERS: Melo, Bellen e Zaro (2015) destacam os stakeholders como um conjunto de atores interessados nas atividades de uma organização

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: Esse conceito está presente no (TBL)

GRI: é uma organização não-governamental que possui a missão de construir uma base estruturada com diretrizes claras a fim de encaminhar as organizações, na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

ESTUDOS ANTERIORES Nogueira e Farias (2012) e Rese e Canhada (2012).

Metodologia

Para este estudo que visa à análise da abordagem dos stakeholders nos bancos, foram utilizados as Diretrizes GRI divulgados pelos bancos listados em algum dos níveis de governança corporativa na BM&FBovespa que divulgou o relatório de sustentabilidade no período entre 2013 e 2015, totalizando 3 anos, a amostra final compreende 7 empresas.

Quanto aos procedimentos desta pesquisa, será utilizado um método bibliométrico, quantitativo, documental, de caráter exploratório.

Análise dos Resultados

Buscou-se os bancos que estavam listados na bolsa de valores divulgado através do site da BM&FBovespa, a amostra foi reduzida para oito companhias que divulgam os relatórios anuais sendo que o banco Itaú S/A e o banco Itaú Unibanco foram representadas neste estudo apenas por Itaú S/A representado pelo código ITSA na BMF& Bovespa, formando então uma amostra com sete companhias que aderiram a divulgação espontânea e seguem as diretrizes GRI.

Conclusão

De acordo com as buscas realizadas através da quantidade de citações de cada um dos grupos dos stakeholders relacionados nos sete bancos que compuseram a amostra, aparentemente os resultados indicam uma concentração em três principais partes interessadas, que classificados por ordem de importância são: colaboradores, clientes e acionistas. Os resultados apesar de indicarem os colaboradores como principal público, clientes, que ficou como o segundo grupo de preferência números expressivos.

Referências Bibliográficas

CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B.; SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 17-38, 2012.

NOGUEIRA, E. P; FARIA, A. C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative. Revista Universo Contábil, v. 8, n. 4, 119-139, 2012.

STAKEHOLDERS NO GRI: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS BANCOS

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a preocupação com um crescimento sustentável tem sido discutida amplamente ao redor do mundo tanto no ambiente corporativo quanto acadêmico, essa discussão ganhou ainda mais peso a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, conhecida como Rio 92, surgem diversas iniciativas a fim de criar um modelo com indicadores que contemplariam também a questão socioambiental das empresas (FERREIRA, et al., 2015; FARIAS; ROSSATO; DORR, 2014).

Devido o crescente impacto que diversas frentes podem causar as empresas, um modelo de gestão que considera um desenvolvimento sustentável levando em conta a globalização, com ferramentas que se adequam a necessidade das informações do mundo corporativo atual, cada vez mais se torna imprescindível para as entidades e aumenta o numero de companhias que tomaram consciência e desejam atingir as expectativas dos diversos grupos relacionados à atividade da empresa (*stakeholders*) a fim de gerar não só resultados econômicos, mas também buscando resultados nos aspectos sociais e ambientais (COUTINHO; SOARES, 2002).

Com essa necessidade de se criar mecanismos para acompanhar o desenvolvimento das companhias surgiram os relatórios de sustentabilidades ou Balanço Social que tem ganhado importância no âmbito corporativo (ANDRADE; RIBEIRO, 2015).

No ano de 1997, a *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização holandesa, composta por diversos indivíduos e organizações, uma vasta rede especializada de diversos países (DEMONIER; DEMONIER; PIRES, 2015) (GRI G3, 2006), propôs o relatório de sustentabilidade GRI, com a intenção de criar um modelo com diretrizes que auxiliam as empresas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade e são reconhecidos como principal referencia no mundo corporativo para gestão da sustentabilidade (THIMÓTEO; GARCEZ; HOURNEAUX JUNIOR, 2015) Segundo o *Global Reporting Initiative* (GRI G3, 2006) a definição do conteúdo do relatório deve levar em conta tanto os objetivos e experiências da organização como as expectativas dos *stakeholders* definido por alguns autores como todos os agentes que possuem interesses de forma direta ou indireta, nas atividades da entidade, afetando ou sendo afetado pela organização. (MELO; BELLEN; ZARO, 2015; FEITOSA; SOUZA; GOMEZ, 2014).

O objetivo deste artigo é verificar, através de uma análise bibliométrica, os diversos públicos com as quais a empresa se relaciona e como interagem através dos relatórios GRI, propondo responder as seguintes perguntas:

Quais dos agentes que possuem relações direta ou indiretamente com as companhias Bancárias analisadas são os principais alvos de preocupação na visão dos bancos e quais dos temas que envolvem esses agentes são considerados os mais importantes?

De forma especifica, buscou-se analisar os relatórios de sustentabilidade com as diretrizes GRI dos Bancos listados na BM&F Bovespa em algum dos níveis de governança corporativa, que publicou o relatório entre 2013 e 2015, procurando primeiramente identificar quais são os *stakeholders* citados nos relatórios, posteriormente listar o numero de menções realizadas para cada um desses agentes e a classificação dos atores de acordo com a

representatividade para o banco visando identificar os prioritários e finalmente quais são os temas mais abordados para os *stakeholders* principais.

Essa pesquisa se mostra relevante para o setor bancário considerando a atual preocupação existente por parte dos diversos públicos interessados em se relacionar com companhias que se comprometem com as questões sociais e ambientais além das questões econômicas, proposta com pretensão de serem contempladas por iniciativas como os relatórios de sustentabilidades com as diretrizes GRI. A intenção do estudo não é exaurir as discussões sobre o tema no setor, mas contribuir com uma análise de comportamento do setor em relação ao público envolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 STAKEHOLDERS

Atualmente há uma intensa discussão envolvendo a teoria dos *stakeholders* no âmbito acadêmico que vem sendo disseminado a partir da década 1980 como descrito por Ribeiro et al. (2014) e uma extensa produção de conteúdo que aborda o assunto nos últimos anos, como as pesquisas de Melo, Bellen e Zaro (2015), Mascena et al. (2015), Feitosa, Souza e Gómez (2014), Ribeiro et al. (2014), entre outros Pianca (2014), Sarturi, Seravalli e Boaventura, (2015) e Mainardes; et al. (2010).

O termo “*stakeholder*”, segundo Xavier, Costa e Vieira (2011) quando traduzido de forma literal, quer dizer possuidor de uma aposta, portanto, um indivíduo que tem interesse no resultado do que se está apostando. Melo, Bellen e Zaro (2015) destacam os *stakeholders* como um conjunto de atores interessados nas atividades de uma organização, Harrison, Freeman e Abreu (2015) identifica alguns dos indivíduos ou grupos de *stakeholders* como sendo os funcionários, administradores, acionistas, financiadores, clientes e fornecedores. Segundo o autor esse são os atores mais fáceis de identificar por possuir uma relação com o processo de valor da empresa. Os *stakeholders* além de interessados na atividade da empresa, também são classificados como agentes que afetam ou são afetados por uma organização, de forma direta ou indiretamente (FREEMAN, 2001; PIANCA 2014).

A observação dos *stakeholders* segundo Freeman (2001) foi proposta a fim de reavaliar a teoria de firma e considerar esses agentes no planejamento estratégico da empresa. Autores como Boaventura; et al. (2009) definem que a teoria de firma possui como principal elemento a característica do objetivo da empresa ser a maximização dos lucros e as demais ações da organização devem ter a sua partida desse preceito. Neste estudo Freeman (2001) observou que as companhias devem ser gerenciadas considerando os impactos que suas atividades causam aos *stakeholders*, deixando de priorizar apenas o lucro do acionista, mas focando também em suas responsabilidades em atender os interesses desses indivíduos ou grupos identificados pela companhia. Essa consideração permitiu que os gestores considerassem essa perspectiva para a criação de um novo modelo de gestão Mainardes; et al. (2010) por ter ampliado os fatores a serem considerados pelos administradores das organizações.

Quanto à classificação dos *stakeholders*, Xavier, Costa e Vieira (2011) e Sarturi, Seravalli e Boaventura (2015) citam a divisão em dois principais grupos; primários e secundários. Os autores divergem quanto aos atores que compõe cada grupo, mas igualmente definem os *stakeholders* primários como os agentes primordiais para a atividade da empresa de forma que sem eles a companhia não poderia exercê-la, como clientes, fornecedores, empregados e acionistas. Os secundários seriam aqueles que possuem algum interesse na atividade, podem influenciar ou serem influenciados, afetam ou são afetados, porem, não são

essenciais para a existência da empresa, como a mídia (SARTURI; SERAVALLI; BOAVENTURA, 2015; MASCENA, et. al 2015). Para resolver o conflito de quais são os principais *stakeholders* ou aqueles que possuem maior importância, existem modelos desenvolvidos a fim de medir a saliência. A Saliência dos *stakeholders* é definida como o grau de priorização em comparação com as demandas concorrentes dos *stakeholders*. Sarturi, Seravalli e Boaventura (2015) citam um modelo que propõe mensurar a hierarquia a partir da percepção dos gestores e a possibilidade da utilização de relatórios gerenciais para essa análise, como relatórios de sustentabilidades com a intenção de se identificar a visão dos gestores.

2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Em 1987 foi publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), o Relatório *Brundtland*, (conhecido também como Relatório Nosso futuro Comum), Oliveira, Oliveira e Paula (2014), marco da discussão a respeito da sustentabilidade empresarial, define desenvolvimento sustentável como sendo o aquele capaz de atender a necessidade atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades (FARIAS; ROSSATO; DORR, 2014).

Ao passar dos anos, as discussões a cerca do tema se intensificaram e foram acrescidas de questões sociais e os interesses dos *stakeholders*, Froehlich e Bitencourt (2015) e sustentabilidade empresarial passou a depender de como a companhia se relaciona com esses atores, como defendido por Feitosa, Souza e Gómez (2014).

Essas discussões conduziram as organizações a buscarem um novo modelo de gestão baseados, além do pilar econômico, o pilar ambiental e o social, nos processos de tomadas decisão. Esse conceito está presente no *Triple Bottom Line* (TBL) que possui um conjunto de indicadores firmados em uma base tríplice com a ideia de mensurar os resultados econômico/financeiro visando satisfazer os acionistas, que contemplasse as questões ambientais da sua atividade, gerenciando os impactos ecológicos de forma responsável, e das ações que afetam a sociedade, proporcionando condições justas e de bem-estar das pessoas envolvidas com a organização (FROEHLICH; BITENCOURT, 2015; THIMÓTEO; GARCEZ; HOURNEAUX JUNIOR, 2015; FARIAS; ROSSATO; DORR, 2014).

Nesse sentido, devido a pressão dos *stakeholders* (Santana et al. 2015) as organizações desenvolveram o *disclosure* que Mota, Brandão e Ponte (2016) conceituam como sendo a divulgação de informações uteis buscando transparência para os interessados, pois conforme Conceição, Dourado e Silva (2012) estão dispostas a ampliar o *disclosure* socioambiental, quando notam que podem obter vantagens que as permitam se aproximar de suas metas organizacionais. Santana et al. (2015) define *disclosure* socioambiental como sendo o divulgação espontânea sobre as práticas de sustentabilidade da organização, com o objetivo de suprir as necessidade dos *stakeholders* visando a perpetuidade e “é vista como uma da principais forma do gestor se comunicar com os demais agentes do mercado” (MARTINS; PAULO; GIRÃO, 2016).

2.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI)

A fim de atender a necessidade da comunicação dos resultados entre a organização e os *stakeholders*, surge como uma importante ferramenta de *disclosure* os relatórios de sustentabilidade com o intuito de demonstrar maior transparência das atividades da companhia o que permitiu um aumento no diálogo com a sociedade sobre os aspectos sociais,

ambientais e econômicos (DEMONIER; DEMONIER; PIRES, 2015). Relatório de sustentabilidade, segundo Andrade e Ribeiro (2015), trata-se de um conjunto de dados com conteúdo informativo relatando a posição atual da companhia ou organização a respeito de sua situação social e ambiental, sendo encontrado também como Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental.

De acordo com as diretrizes da GRI (GRI G3, 2006) a elaboração de um relatório de sustentabilidade se trata de uma forma de mensurar, divulgar aos interessados, o desempenho das organizações, prestando conta de suas ações e intencionando conseguir se desenvolver de forma sustentável.

Um relatório de sustentabilidade deve ser equilibrado em suas demonstrações para que exponha de forma clara o desenvolvimento sustentável relatando os pontos e ações positivas como também as negativas (GRI G3, 2006).

Uma das ferramentas consideradas com crescente adesão são as chamadas diretrizes GRI (THIMÓTEO; GARCEZ; HOURNEAUX JUNIOR, 2015; ANDRADE; RIBEIRO, 2015). O GRI é uma das ferramentas voluntárias de demonstração de resultados mais utilizada no mundo quando se está tratando de relatórios de sustentabilidade de acordo com o estudo apresentado por Conceição, Dourado e Silva (2012), sendo modelo de relatório de sustentabilidade mais completo disponível atualmente (ANDRADE; RIBEIRO, 2015).

A *Global Reporting Initiative*, é uma organização não-governamental internacional (LEITE; PRATES; GUIMARÃES, 2009), formado a partir de uma colaboração multisetorial (CONCEIÇÃO; DOURADO; SILVA, 2012), fundada em 1997, que possui a missão de construir uma base estruturada com diretrizes claras a fim de encaminhar as organizações, independentemente da dimensão, setor ou localização, incluindo entidades não-governamentais, sindicatos, empresas, entre outras, na elaboração de relatórios de sustentabilidade (GRI G3, 2006), “com princípios de ordem econômica, social e ambiental com ênfase na transparência, qualidade e confiabilidade das informações divulgadas” (ANDRADE e RIBEIRO 2015), pilares do *triple bottom line* defendido por muitos autores como fator característico para um relatório desta natureza, (FROEHLICH; BITENCOURT, 2015; THIMÓTEO; GARCEZ; HOURNEAUX JUNIOR, 2015; FARIAS; ROSSATO; DORR, 2014). A versão mais recente foi lançada em 2013 e é a quarta geração das diretrizes e denominada como G4 (GRI G4, 2013). Não possui obrigatoriedade (CONCEIÇÃO; DOURADO; SILVA, 2012), ou seja, as entidades aderem pelo interesse em disponibilizar o conteúdo de seu desempenho socioambiental voluntariamente, resultando no fortalecimento da relação e confiança entre a organização relatora e as partes interessadas.

As organizações que desejam aderir encontram nas diretrizes opções para elaborarem os relatórios com graus de diferentes níveis de abrangência. Nas Diretrizes G4 essas opções são chamadas de opções “de acordo” e designam quanto ao conteúdo que deve conter o relatório preparado “de acordo” com as Diretrizes. As companhias podem optar por uma versão denominada Essencial ou pela forma Abrangente. Na versão Essencial, será exigido as informações essenciais de um relatório de sustentabilidade, contemplando os aspectos de econômicos, ambientais, sociais e de governança, já na versão Abrangente, o relatório deverá conter todas as informações da versão Essencial, além de informações adicionais que trataram a cerca da estratégia, ética e demais assuntos, divulgando seu desempenho de forma ampla. As organizações devem elaborar o relatório na forma que mais interessa, tanto a própria companhia quanto aos demais envolvidos com sua atividade e obrigatoriamente deve conter em seu relato a opção “de acordo” que utilizará como base em sua publicação, essa exigência é relatada no indicador G4-32 das Diretrizes G4 (GRI G4, 2013). Na terceira versão do relatório da GRI (G3), os níveis de abrangência eram classificados pelas letras C, B, A, cada grau acrescido de exigências quanto a divulgação podendo seguir as diretrizes em sua

totalidade, ou com menor exigência no relato, no caso de empresas menos experientes que desejavam iniciar o processo de divulgação por níveis de aplicação mais baixos (GRI G3, 2006). Em ambas as versões os relatores contam com tabelas descritivas que contêm os indicadores necessários para cada um dos níveis e as informações que cada indicador deve conter.

Conforme as Diretrizes G4, na seção 5.1 que trata dos conteúdos padrão gerais, o indicador G4-24 descreve sobre a apresentação dos *stakeholders* no tópico “Engajamento de *Stakeholders*”, indicador obrigatório em qualquer grau de abrangência, ou seja, todos os relatórios, independente do grau de abrangência escolhido, têm como exigência que a organização relatora liste no documento quais são os grupos em que possuem relacionamento, de forma direta ou indireta (GRI G4, 2013).

As Organizações possuem uma grande quantidade de temas e tópicos que podem ser abordados nos relatórios de sustentabilidade com essa complexidade. Para isso um dos princípios tratados nas Diretrizes GRI G4 é o princípio da materialidade dos temas que busca direcionar o tratamento dos relatórios para os temas que possuem representatividade suficiente ao ponto de se tornarem importantes para serem relatados. Um dos pontos a serem considerados são os impactos ambientais, econômicos e sociais significativos refletidos nos temas, a outra questão se refere ao quanto o assunto pode impactar na visão e decisão dos *stakeholders*. Conforme as Diretrizes GRI G4, o tratamento do relatório seguindo a materialidade dos temas tornará o relatório mais relevante e confiável (GRI G4, 2013).

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Sobre a aplicação *Global Reporting Initiative* (GRI) nos maiores bancos brasileiros, no intuito de verificar se estas organizações estão comprometidas, efetivamente, com a sustentabilidade, destacam-se as pesquisas de Nogueira e Farias (2012) que discorrem sobre sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da *Global Reporting Initiative* (GRI) e Rese e Canhada (2012) sobre a análise dos relatórios de sustentabilidade de bancos comerciais.

Conforme Nogueira e Farias (2012) foram utilizados os relatórios de sustentabilidade de cinco bancos: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Citibank e HSBC. E apenas os indicadores essenciais da GRI foram contemplados, já que apresentam relevância para os *stakeholders*. As instituições financeiras foram submetidas a análise quanto ao Grau de Aderência Plena (GAPIE) e ao Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) aos indicadores da GRI. A pesquisa foi direcionada aos dez melhores e maiores bancos comerciais que se utilizaram dos padrões da GRI para a evidenciação dos indicadores de sustentabilidade correspondentes ao exercício de 2009. Para a identificação dos maiores bancos, com base em lucro líquido, foi utilizada a divulgação da Revista Exame Melhores e Maiores – das 500 maiores empresas do Brasil (2010). Como fonte para a coleta dos relatórios foi analisados, o sítio oficial de cada instituição financeira foi considerado seguro. Dessa forma, algumas instituições não foram analisadas por não divulgarem seus relatórios de sustentabilidade em seus respectivos *sites* oficiais. São elas: Banco Safra, Banco Votorantim e Banco BTG Pactual. O Banco do Brasil, apesar de publicar seu relatório de sustentabilidade do exercício de 2009, também não apresentou um índice emissivo da GRI ou qualquer menção aos padrões da entidade. A Caixa Econômica Federal (2009) apresenta seu relatório de sustentabilidade em um formato interativo que demonstra o parecer de seus auditores independentes em conformidade para as diretrizes da GRI (G3). No entanto, foi descartado da amostra desta pesquisa por não demonstrar um índice remissivo dos indicadores GRI.

Rese e Canhada (2012) utilizaram os dados secundários, coletados nos relatórios de sustentabilidade das três maiores organizações bancárias privadas, em atuação no Brasil os relatórios analisados foram do ano de 2006, referentes ao exercício do ano de 2005.

3 METODOLOGIA

Para este estudo que visa à análise da abordagem dos *stakeholders* nos bancos, foram utilizados as Diretrizes GRI divulgados pelos bancos listados em algum dos níveis de governança corporativa na BM&FBovespa que divulgou o relatório de sustentabilidade no período entre 2013 e 2015, totalizando 3 anos, a amostra final compreende 7 empresas conforme tabela 1.

Quanto aos procedimentos desta pesquisa, será utilizado um método bibliométrico, considerando a aplicação de métodos estatísticos para publicações como livros e artigos ou outros meios de comunicação (MACHADO et al., 2016), no caso deste artigo, a análise dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas organizações da amostra, havendo também o entendimento de que bibliometria são “todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita” (Pritchard, 1969 *apud* GUEDES e BORSCHIVER, 2005) buscando identificar os fatores similares entre as publicações através de um método quantitativo, característica de estudos com este procedimento (MACHADO et al., 2016), podendo ser realizado apurando a quantidade de vezes em que um termo ou palavra ocorre em diversos textos com a intenção de verificar qual tema aparece com maior frequência (RIBEIRO, 2015). Devido a coleta de dados realizada a partir do universo de pesquisa delimitado com a intenção de identificar um comportamento (VIEIRA; FARIA, 2007) e por se tratar de uma pesquisa que utiliza documentos institucionais como fonte, também classificamos o estudo como documental (GIL, 2010) Conforme Gray (2012) estudos que utilizam documentos como fonte de coleta de dados possuem como pontos fortes o fato de possuírem informação que pode ser revisada repetidamente, contem detalhes precisos e não formulado.

Quanto à natureza, podemos classificar esta pesquisa como quantitativa, que pode ser assim definida pela utilização de procedimentos estatísticos básicos no tratamento dos dados nos documentos apurados (CRESWELL, 2010), (ANDRADE; RIBEIRO, 2015), visando responder aos objetivos específicos alcançando resultados de natureza numérica (SILVA, LOPES e BRAGA, 2014).

Em relação ao objetivo deste estudo, considerando não ter sido encontrado pesquisas no campo proposto analisando dados relacionados aos *stakeholders* nas diretrizes da GRI, considera-se uma pesquisa de caráter exploratório, conforme definido na pesquisa de Munaretto, Corrêa e Cunha (2013) e no estudo realizado por Gray (2012) que indica como exploratório a pesquisa que “busca explorar o que está acontecendo” sendo útil quando não há muita informação sobre um determinado assunto.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a aplicação das análises propostas a fim de responder a questão desta pesquisa, que visa analisar os *stakeholders* nos relatórios de sustentabilidade com padrão divulgado pela GRI, buscou-se os bancos que estavam listados na bolsa de valores divulgado através do *site* da BM&FBovespa, resultando em um total de trinta e três organizações, das quais doze aderem à qualquer dos níveis de governança corporativa, essa amostra foi reduzida para oito companhias que divulgam os relatórios anuais sendo que o banco Itaú S/A (ITSA) e o banco Itaú Unibanco (ITUB) divulgam apenas um relatório que contempla as informações de ambas

as empresas e foram representadas neste estudo apenas por Itaú S/A representado pelo código ITSA na BMF& Bovespa, formando então uma amostra com sete companhias que aderiram a divulgação espontânea e seguem as diretrizes GRI organizadas por ordem alfabética na Tabela 1.

A última versão das diretrizes elaboradas pela *Global Reporting Initiative* foi publicada em novembro de 2013 e as últimas correções realizadas estão na segunda versão de tradução publicada em novembro de 2015, e se trata da quarta geração das diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade (GRI G4, 2015), porém, mesmo considerando que os documentos que foram publicados pelas companhias e utilizados na amostra final, foram divulgados referentes aos anos 2013 a 2015, conforme demonstrada na Tabela 1, seis dos sete bancos analisados utilizaram a versão da quarta geração para a elaboração dos seus relatórios representada na tabela 1 pela sigla GRI-G4, e apenas o banco Indusval utilizou como base a terceira geração das diretrizes (GRI-G3) publicada em 2006 (GRI G3, 2006).

TABELA 1 – AMOSTRA DOS BANCOS ANALISADOS

Nº	Nome	Ano do Relatório	Código na BMF & Bovespa	Nível de Governança	Versão GRI	“de acordo”
1	BANRISUL	2013	BRSR	N1	GRI-G4	Essencial
2	BRADESCO	2015	BBDC	N1	GRI-G4	Essencial
3	BRASIL	2015	BBAS	NM	GRI-G4	Abrangente
4	DAYCOVAL	2014	DAYC	N1	GRI-G4	Essencial
5	INDUSVAL	2013	IDVL	N2	GRI-G3	Nível C
6	ITAÚSA	2014	ITSA	N1	GRI-G4	Essencial
7	PINE	2014	PINE	N2	GRI-G4	Essencial

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto aos anos de publicação foram considerados os últimos relatórios divulgados dentro do período de três anos analisados, sendo que duas companhias publicaram o último relatório anual referente aos dados de 2013, três divulgaram os resultados de 2014 e duas em 2015, todas classificadas como nível 1 (N1), nível 2 (N2) ou novo mercado (NM), dentro dos níveis de governança demonstrado na sexta coluna da tabela 1.

A abrangência dos relatórios de sustentabilidade varia de acordo com a forma que cada companhia deseja aderir e divulgar as informações, em geral, a decisão de quais informações serão divulgadas devem utilizar como base a importância da informação em relação ao desenvolvimento da companhia, que abordem as necessidades das partes interessadas, de forma a permitir a comparações apropriadas (GRI G3, 2006). Dentre as empresas que utilizaram a última versão das diretrizes na amostra selecionada, foram encontradas cinco que divulgaram suas informações com a opção “de acordo” Essencial, descrita no referencial teórico, e apenas o Banco do Brasil relata ter usado como base a forma Abrangente das Diretrizes. Em relação ao Banco Indusval que utilizou a versão da terceira geração, as informações foram divulgadas de acordo com o nível C de abrangência, que é o menor nível de aplicação das Diretrizes GRI G3.

A respeito do relacionamento das empresas com os agentes envolvidos no indicador G4-24, que exige a indicação de quais *stakeholders* a companhia identificou como aqueles que estão engajados pela organização, foram apurados os agentes citados por cada companhia e demonstrado na tabela 2, descritos em ordem alfabética respeitando os termos utilizados nos relatórios publicados. Em média foram citados seis agentes sendo que o banco que informou a menor quantidade de agentes foi o banco Itaú S/A que divulgou o relacionamento com quatro

atores e o Banco do Brasil com oito *stakeholders* foi o banco com a maior quantidade de agentes.

Nesta etapa, em que foi realizado um levantamento das partes interessadas identificadas, a falta de padronizações quanto aos termos utilizados se revelou como uma dificuldade para melhor comparação dos agentes envolvidos entre as companhias. Notou-se que enquanto a maioria dos bancos citaram “Acionistas” como um *stakeholder*, o Banco do Brasil utilizou o termo “Investidores”, o Banco Daycoval “Investidores e Acionistas”, e o Banco Banrisul dividiu em dois grupos, “Acionista Governo” e “Acionistas Minoritários”, porém, foi possível a identificação daqueles que possuíam similaridade quanto ao grupo referido mesmo com a utilização de diferentes nomenclaturas.

TABELA 2 – STAKEHOLDERS RELACIONADOS

<i>Stakeholders</i>	<i>Banrisul</i>	<i>Bradesco</i>	<i>Banco Do Brasil</i>	<i>Daycoval</i>	<i>Indusval</i>	<i>Itaú</i>	<i>Pine</i>
Acionista Governo	X						
Acionistas		X			X	X	
Acionistas Minoritários	X						
Agencias de rating							X
Associações do setor e do mercado de capitais							X
Clientes	X	X	X	X	X	X	X
Colaboradores				X	X	X	
Comunidade	X	X		X			
Correspondentes				X			
Fornecedores	X	X	X	X	X		X
Funcionários			X				
Governo	X	X	X		X		
Imprensa			X				X
Investidores			X				
Investidores e acionistas				X			
Mercado de capitais							X
Ongs				X			
Órgãos Reguladores					X		
Profissionais							X
Publico Interno	X	X					
Setor Financeiro			X				
Sociedade						X	
Sociedade Civil			X				

Fonte: Dados da Pesquisa

Desta forma, para que fosse possível a análise da priorização dos *stakeholders* nos relatórios através da aplicação da frequência em que um determinado termo aparece, foi necessária à identificação dos grupos a quem se referiam além de uma verificação através da similaridade dos termos utilizados. Dos atores analisados, foram identificados três grupos sendo referidos em cada relatório com termos diferentes. O grupo de “acionistas” e “investidores” conforme mencionado anteriormente, o segundo grupo identificado constavam os termos “colaboradores”, “funcionários”, “público interno” e “profissionais”, para se referir

aos colaboradores das companhias e um último grupo com menções utilizando em alguns momentos a palavra “comunidade” e em outros “sociedade” que tratam em geral de toda a sociedade onde a companhia atua exercendo a sua atividade.

Uma vez que os termos utilizados para se referirem a cada um dos grupos de *stakeholders* foram identificados conforme listagem da tabela 3, tornou-se possível a busca de cada termo nos relatórios com base nas Diretrizes GRI dos bancos a fim de apurar a frequência com que eles ocorrem, método usual na bibliometria conforme citado na metodologia. Os termos considerados similares que se enquadra em algum dos grupos mencionados anteriormente, foram pesquisados separadamente nos relatórios de cada banco e somados a fim de identificar a representatividade do grupo todo. Todos os termos foram pesquisados de forma que abrangesse tanto o singular quanto o plural sem a análise de contexto da palavra através da ferramenta de busca e localização do *software Foxit Reader* que a partir do termo informado realiza uma busca trazendo como resultado a quantidade de menções da palavra no documento. A apuração dos resultados desta pesquisa esta demonstrada na tabela 3.

TABELA 3 – DADOS COLETADOS DOS RELATÓRIOS I

	<i>Banrisul</i>	<i>Bradesco</i>	<i>Banco Do Brasil</i>	<i>Daycoval</i>	<i>Indusval</i>	<i>Itaú</i>	<i>Pine</i>
Acionistas	19	38	48	25	41	215	19
Investidores	2	34	28	21	20	212	21
Acionistas/ Investidores	21	72	76	46	61	427	40
Agencias de Rating				1			2
Clientes	127	193	163	60	82	468	67
Colaboradores	16	9	5	67	34	251	8
Funcionários	91	91	248	0	13	19	4
Publico Interno	12	4	1	3		1	3
Profissionais	13	30	18	23	10	24	55
Colaboradores/ Funcionários/Publico Interno/Profissionais	132	134	272	93	57	295	70
Comunidade	29	43	26	5	10	27	2
Sociedade	12	29	47	14	12	68	11
Comunidade/ Sociedade	41	72	73	19	22	95	13
Fornecedores	39	100	63	17	5	113	14
Governo	30	24	30	6	8	93	7
Imprensa		1	8		2	16	3
Mercado de Capitais		2	7	6	1	28	6
Ongs				4		8	
Setor Financeiro	7	4	8	2	4	8	1
Total	397	602	700	254	242	1551	223

Fonte: Dados da Pesquisa

Nesse levantamento é possível notar uma grande diferença na quantidade de resultados encontrados para cada um dos termos assim como no total de registros na comparação entre os bancos. Com duzentos e vinte três registros no total de menções dos termos pesquisados, o

banco Pine foi a organização que menos citou, e o Banco Itaú mencionou um mil quinhentos e cinquenta e uma vezes os mesmos termos.

Essa diferença entre a quantidade dos resultados encontrados pode ser atribuído principalmente pela extensão dos relatórios, uma vez que não há padronizações com relação a isso e as empresas abordam os indicadores da forma que entendem atender as suas necessidades as necessidades dos *stakeholders*.

4.1 Representatividade dos *Stakeholders*

Visando a comparação e a identificação de quais agentes são prioritários para cada um dos agentes financeiros, foram analisados os percentuais com a representatividade da quantidade de menções da tabela 3, demonstrado na tabela 4.

TABELA 4 – DADOS COLETADOS DOS RELATÓRIOS II

	<i>Banrisul</i>	<i>Bradesco</i>	<i>Banco Do Brasil</i>	<i>Daycoval</i>	<i>Indusval</i>	<i>Itaú</i>	<i>Pine</i>
Acionistas	4,8%	6,3%	6,9%	9,8%	16,9%	13,9%	8,5%
Investidores	0,5%	5,6%	4,0%	8,3%	8,3%	13,7%	9,4%
Acionistas/ Investidores	5,3%	12,0%	10,9%	18,1%	25,2%	27,5%	17,9%
Agencias de Rating	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,9%
Clientes	32,0%	32,1%	23,3%	23,6%	33,9%	30,2%	30,0%
Colaboradores	4,0%	1,5%	0,7%	26,4%	14,0%	16,2%	3,6%
Funcionários	22,9%	15,1%	35,4%	0,0%	5,4%	1,2%	1,8%
Publico Interno	3,0%	0,7%	0,1%	1,2%	0,0%	0,1%	1,3%
Profissionais	3,3%	5,0%	2,6%	9,1%	4,1%	1,5%	24,7%
Colaboradores/ Funcionários/Publico Interno/Profissionais	33,2%	22,3%	38,9%	36,6%	23,6%	19,0%	31,4%
Comunidade	7,3%	7,1%	3,7%	2,0%	4,1%	1,7%	0,9%
Sociedade	3,0%	4,8%	6,7%	5,5%	5,0%	4,4%	4,9%
Comunidade/ Sociedade	10,3%	12,0%	10,4%	7,5%	9,1%	6,1%	5,8%
Fornecedores	9,8%	16,6%	9,0%	6,7%	2,1%	7,3%	6,3%
Governo	7,6%	4,0%	4,3%	2,4%	3,3%	6,0%	3,1%
Imprensa	0,0%	0,2%	1,1%	0,0%	0,8%	1,0%	1,3%
Mercado de Capitais	0,0%	0,3%	1,0%	2,4%	0,4%	1,8%	2,7%
Ongs	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	0,5%	0,0%
Setor Financeiro	1,8%	0,7%	1,1%	0,8%	1,7%	0,5%	0,4%

Fonte: Dados da Pesquisa

Através de uma análise da tabela 4 é possível verificar que os *stakeholders* mais mencionados na comparação do percentual que demonstra a representatividade de cada termo com relação ao total de citações de algum dos atores propostos pelas companhias como os agentes que possuem envolvimento ou com algum interesse em sua atividade, foram os termos relacionados com os colaboradores e os clientes. Nos resultados auferidos observa-se que três agentes estão entre os principais e mais citados ocorrendo entre os três primeiros lugares em todos os casos com exceção do Banrisul, em que os acionistas estão classificados em sexto lugar, atrás de colaboradores, clientes, comunidade, fornecedores e governo. Todos os bancos colocam os clientes em primeiro ou em segundo lugar. Os bancos Banrisul,

Daycoval, Pine e Banco do Brasil citam os colaboradores com maior frequência do que os demais atores, enquanto os bancos Bradesco, Indusval e Itaú citam os clientes um maior número de vezes em relação aos demais. Além dos colaboradores e clientes, os acionistas aparecem também entre os que figuram a segunda colocação. Os bancos Indusval e Itaú colocam os acionistas em segundo lugar a frente dos colaboradores que ocuparam a terceira colocação. Referente aos termos usados para se referir aos colaboradores, o levantamento mostra claramente que cada banco utiliza com maior frequência no decorrer do relatório o mesmo termo usado para divulgar o *stakeholder* no indicador G4-24. A parte interessada que apresentou a maior representatividade nas companhias com quatro aparições na primeira colocação foram os colaboradores.

4.2 Análises da materialidade

Verificaram-se os relatórios de sustentabilidade dos agentes financeiros com relação ao princípio da materialidade dos temas abordados a fim de apurar o tema prioritário aos bancos. Nas divulgações do banco Bradesco não é relatado se os temas materiais foram relacionados por ordem de prioridade do banco, nem utilizado alguma matriz que permitisse a identificação de qual tema é considerado como prioridade. O Banco Indusval informou no relatório que não realizou teste de materialidade, porém, foram utilizadas as Diretrizes da terceira geração G3 para a elaboração de seus relatórios, que na forma que foram aderidos pela companhia permitiam a omissão da informação. Os bancos Pine e Daycoval relacionaram como o tema prioritário o desenvolvimento econômico, mas não relacionaram de forma direta, quais *stakeholders* estão enquadrados ou são os mais impactados com relação a esse tema. Por fim, o Banrisul, Banco do Brasil e Itaú relataram através da abordagem do princípio de materialidade expresso por matriz e tabela de priorização que a satisfação dos clientes é o tema mais importante.

5 CONCLUSÃO

Dada a importância dos aspectos ambientais, sociais e econômico em uma sociedade cada vez mais globalizada e envolvida com os assuntos desta natureza, bem como a importância das ações realizadas no sentido de suprir e atender essas demandas e os públicos interessados. Esse estudo procurou verificar quais são os agentes interessados prioritários para os bancos e o principal tema que envolve esses agentes a fim de validar se a importância dos *stakeholders* através de uma análise da representatividade dos públicos esta relacionada com o tema relatado nos relatórios de sustentabilidade de acordo com as Diretrizes GRI.

De acordo com as buscas realizadas através da quantidade de citações de cada um dos grupos dos *stakeholders* relacionados nos sete bancos que compuseram a amostra, aparentemente os resultados indicam uma concentração em três principais partes interessadas, que classificados por ordem de importância são: colaboradores, clientes e acionistas. Os resultados apesar de indicarem os colaboradores como principal público de interesse para as companhias do setor financeiro analisadas também apresentou grande representatividade dos clientes, que ficou como o segundo grupo de preferência números expressivos que devem ser levados em consideração.

O resultado em relação ao princípio materialidade, foi analisado considerando as informações publicadas diretamente sobre os principais assuntos envolvendo o público interessado por ordem de prioridade, que constatou que a satisfação dos clientes é a maior

preocupação dessas companhias, o que coloca os clientes como *stakeholder* prioritário quando observado por este aspecto, porém, conflita com o resultado do método bibliométrico aplicado.

Os estudos de Nogueira e Farias (2012) confirmam a eficácia dos cálculos de GAPIE e GEE, além de reiterar que os indicadores da GRI apresentam níveis de detalhamento que agregam valor ao método, e por isso, são cada vez mais solicitados e compreendidos pelos *stakeholders*.

Rese e Canhada (2012) afirmam que a apresentação dos relatórios sustentabilidade é uma tentativa de evidenciar os controles institucionais existentes nas organizações, com vistas à obtenção de legitimidade, aceitação social e competitividade, com desempenho superior. Ressalve-se que o sucesso dessa conformação depende, fundamentalmente, da interpretação dos atores sociais quanto a essas questões e às ações estratégicas que serão tomadas com relação a conformações a esses valores.

Neste sentido, a pesquisa se mostrou útil a fim de apontar que há muito espaço para novos estudos com relação aos *stakeholders* e as companhias que publicam o relatório de sustentabilidade de acordo com as Diretrizes GRI, podendo ser aplicado o método bibliométrico em uma amostra maior com empresas do setor financeiro, que vise obter um resultado que represente melhor toda a classe, também pode ser aplicado em outros segmentos. Futuramente pode-se também realizar novamente a análise com esta amostra considerando as publicações dos próximos anos a fim de verificar as mudanças das prioridades dessas organizações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S., RIBEIRO, F. Relação Entre os indicadores do Modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a Rentabilidade das Empresas do Segmento de Papel e Celulose Listadas Na BM&F Bovespa. V Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, Ponta Grossa. 2015.

BANCO BANRISUL - Relatório de Sustentabilidade GRI 2013 – site: www.banrisul.com.br - Encontrado em 29/05/2016 - Link: https://www.banrisul.com.br/bob/download/Banrisul_RelatorioSustentabilidade2013.pdf

BANCO BRADESCO - Relatório de Sustentabilidade GRI 2015 – site: www.bradesco.com.br - Encontrado em 29/05/2016 – link: <http://www.bradesco.com.br>

BANCO DO BRASIL – Relatório de Sustentabilidade GRI 2015 – site: www.bb.com.br – Encontrado em 29/05/2016 link: <http://www.bb.com.br/pbb/s001t006p015,503234,503248,1,1,1,1,b.bb/#>

BANCO DAYCOVAL - Relatório de Sustentabilidade GRI 2015 – site: www.daycoval.com.br - Encontrado em 29/05/2016 – link: <https://www.daycoval.com.br/institucional/sustentabilidade>

BANCO INDUSVAL - Relatório de Sustentabilidade GRI 2013 – site: www.bip.b.br - Encontrado em 29/05/2016 – link: <http://www.bip.b.br/pt/institucional/informacoes-financeiras/relatorio-anual>

BANCO ITAÚ - Relatório de Sustentabilidade GRI 2014- site: www.Itaú.com.br - Encontrado em 29/05/2016 – link: <http://www.Itaú.com.br/relatorio-anual>

BANCO PINE - Relatório de Sustentabilidade GRI 2014 – site: www.pine.com.br -
Encontrado em 29/05/2016 - link:
<https://www.pine.com/Show.aspx?IdMateria=S2RldLatCvtJbJ5WlRijig==>

BM&FBOVESPA – Empresas Listadas –site: www.bmfbovespa.com.br – Encontrado em
29/04/2016 – link: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm

BOAVENTURA, J. M. G; CARDOSO, F. H.; SILVA, E. S.; SILVA, R. S.; DONAIRE, D. Teoria dos *Stakeholders* e Teoria da Firma: um Estudo sobre a Hierarquização das Funções-Objetivo em Empresas Brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios** - São Paulo, v.11, n. 32, p. 289-307, 2009.

COUTINHO, R. B. G.; MACEDO-SOARES, D. V. A. Gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 3, p. 75-96, 2002.

CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B.; SILVA, S. F. *Global Reporting Initiative* (GRI) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 17-38, 2012.

CRESWELL, JOHN W., Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto; Tradução Magda Lopes; Consultoria, Supervisão e Revisão Técnica Dirceu da Silva – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMONIER, J. L.; DEMONIER, G. B.; PIRES, M. A. Nível de Adesão das Empresas atuantes no Mercado Capixaba ao Modelo de Relatório de Sustentabilidade GRI. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 1-18, 2015.

FARIAS, R. S.; ROSSATO, M. V.; DORR, A. C. Desempenho sustentável empresarial: um estudo de caso. **Desafio Online**, v. 2, n. 3, p. 857-889, 2014.

FEITOSA, M. J. S.; SOUZA, N. M. O.; GÓMEZ, C. R. P. Princípios da responsabilidade social empresarial nas relações “empresa-stakeholders” como fonte de vantagem competitiva. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 42-61, 2014.

FERREIRA, S. A.; MACEDO, M. A. S.; PIMENTA, M. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Impacto do ICMS ecológico nos investimentos em saneamento e gestão ambiental: análise dos municípios do estado do Rio de Janeiro. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 65-82, 2015.

FREEMAN, E. A *Stakeholder Theory of the Modern Corporation*. In: DIENHART, John W. *Business, Institutions and Ethics*. New York: Oxford University Press, 2000.

FROEHLICH, C.; BITENCOURT, C. C. Proposição de um modelo teórico para capacidade de inovação sustentável. **Revista Ciências Administrativas**, v. 21, n. 2, p. 554-581, 2015.

GIL, ANTONIO C., Como Elaborar Projeto de Pesquisa - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, DAVID E., Pesquisa no Mundo Real; Tradução Roberto Cataldo Costa; Revisão Técnica: Dirceu da Silva-2. ed. – Porto Alegre: Penso, 2012 p. 147-159

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: Uma Ferramenta Estatística Para a Gestão da Informação e do conhecimento, em Sistemas de Informação, de Comunicação e de Avaliação Científica e Tecnológica.

HARRISON, J.; FREEMAN, E.; ABREU, M. C. S. Stakeholder Theory As an Ethical Approach to Effective Management: applying the theory to multiple contexts. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, n. 55, p. 858-869, 2015.

LEITE FILHO, G.A.L.; PRATES, L.A; GUIMARÃES, T.N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do *Global Reporting Initiative* (GRI) no ano 2007. Revista de Contabilidade e Organizações, São Paulo: FEA-RP/USP, v. 3, n. 7, p. 43-59, set-dez 2009.

MACHADO JUNIOR, C.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. R. D. S.; PALMISANO, A. As Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Dados Científicos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 44, p. 111-123, 2016.

MAINARDES, E. W.; ALVES, H.; RAPOSO, M.; DOMINGUES, M. J. Categorização por importância dos *stakeholders* das universidades. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 9, n. 3, p. 4-43, 2010.

MARTINS, O. S.; PAULO, E.; GIRÃO, L. F. A. P. Preço da Ação, *Disclosure* e Assimetria de Informação: o Caso OGX . **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 1, p. 6-24, 2016.

MASCENA, K. M. C.; KIM, J. H.; FISCHMANN, A. A.; CORRÊA, H. L. Priorização de *Stakeholders*: contribuição dos Estudos Teóricos e Empíricos. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. Ed. Especial, p. 42-59, 2015.

MELO, P. T. N. B.; BELLEN, H. M. V.; ZARO, E. S. A qualidade do capital social com *stakeholders*: fator de desenvolvimento espúrio ou sustentável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 1-17, 2015.

MOTA, A. F.; BRANDÃO, I. F.; PONTE, V. M. R. *Disclosure* e materialidade: evidências nos ativos intangíveis dos clubes brasileiros de futebol. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 15, n. 1, p. 175-200, 2016.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; CUNHA, J. A. C. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2013.

NOGUEIRA, E. P; FARIA, A. C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 119-139, 2012.

OLIVEIRA, L. N.; OLIVEIRA, P. P. T.; PAULA, N. F. Educação para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso nos cursos de secretariado executivo. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 82-103, 2014.

PIANCA, O. J. B. A Teoria dos *Stakeholders* e suas Diferentes Abordagens. Aracruz, 2014.

RESE, N; CANHADA, D. I. D. Análise dos relatórios de sustentabilidade de bancos comerciais. **Revista de Administração FACES Journal**. V 11, n. 1, p 130-149, 2012.

RIBEIRO, H. C. M.; COSTA, B. K.; FERREIRA, M. A. S. P. V.; SERRA, B. P. C. Produção científica sobre os temas Governança Corporativa e *Stakeholders* em periódicos internacionais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 1, p. 95-114, 2014.

RIBEIRO, H. C. M; Quinze anos de estudo da revista de administração contemporânea sob a ótica da Bibliometria e da rede social. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento. João Pessoa**, v. 5, número especial, p.86-108, out. 2015.

SANTANA, L. M.; GÓIS, A. D.; LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C. Relação entre *Disclosure* Socioambiental, Práticas de Governança Corporativa e Desempenho Empresarial. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 21, p. 49-72, 2015.

SARTURI, G.; SERAVALLI, C.; BOAVENTURA, J. M. G. Afinal, o que é Distribuir Valor para os *Stakeholders*? Uma Análise Bibliográfica Sobre o Tema. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. Ed. Especial, p. 92-113, 2015.

SILVA, D.; LOPES, E. L.; BRAGA JÚNIOR, S. S. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2014.

THIMÓTEO, A. C. A.; GARCEZ, M. P.; HOURNEAUX JUNIOR, F. O uso e a importância dos indicadores de sustentabilidade nas organizações – estudos de casos em empresas de energia elétrica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 89-102, 2015.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 1, p. 49-69, 2007.

XAVIER, D. L. J.; COSTA, B. K.; VIEIRA, S. F. A. Análise dos *stakeholders* pelo método de saliência: o caso de um banco de crédito consignado. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 10, n. 2, art. 6, p. 165-185, 2011.